



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, à Agência Interfax, da Rússia**

Publicada em 13 de julho de 2006

Jornalista: Tradicionalmente os líderes dos países que não entram no G-8 são convidados para os encontros de cúpula desta organização. Qual é o interesse do Brasil em participar do encontro deste ano e quais são as expectativas no que tange aos resultados da reunião em São Petersburgo? Qual é a posição do Brasil no que tange à possibilidade de revisão do formato do G-8?

Presidente: Quero, de início, agradecer o convite do Presidente Putin para participar, agora pela terceira vez, de Reunião de Cúpula do G-8. Trata-se de oportunidade para trazer novas idéias e aprofundar o diálogo com importantes parceiros entre os países industrializados. Trago a visão de um país sul-americano comprometido com a democracia e com o desenvolvimento econômico com justiça social. A agenda da Cúpula de São Petersburgo gira, particularmente, em torno de temas nos quais o Brasil pode contribuir com sua experiência: segurança energética, educação e doenças infecciosas.

No campo da energia, o Brasil vem desenvolvendo fontes alternativas. O etanol, que há mais de 30 anos movimenta carros no Brasil, está pronto para se tornar uma grande “commodity” energética mundial. Acredito que, em pouco tempo, o biodiesel seguirá esse caminho. Já o H-Bio é uma grande conquista tecnológica que trará benefícios para o mundo. Trata-se de óleo diesel produzido com 18% de óleo vegetal (soja ou mamona, por exemplo). O resultado final tem características quase idênticas ao óleo diesel tradicional.

No campo da saúde, queremos partilhar nossa experiência com o Programa Nacional de Combate à AIDS. Ao mesmo tempo, precisamos identificar formas de obter recursos adicionais em apoio à luta contra a AIDS. É o que temos



procurado fazer em coordenação com parceiros como França e o Chile, mediante a iniciativa sobre taxação de passagens aéreas. Já a proposta da troca de dívida por educação pode mudar a vida de milhões de pessoas nos países mais pobres.

Ao facilitar a participação de outros países, ao ouvir suas preocupações e pontos-de-vista, o G-8 ganha mais legitimidade, torna-se mais forte e capaz de ajudar a construir soluções inovadoras e equilibradas para os grandes desafios globais. Acredito no diálogo e na cooperação como meio para a solução de problemas que, afinal, são de todos.

Jornalista: O que o Brasil espera obter em consequência da reforma da ONU? Quais são as expectativas do Brasil a respeito de sua ascensão à categoria de membro permanente do Conselho de Segurança?

Presidente: A reforma da ONU – que é uma necessidade amplamente reconhecida - permitirá a Organização melhor enfrentar os desafios do desenvolvimento econômico e social, da paz e segurança internacionais, do meio ambiente e dos direitos humanos num mundo cada vez mais interdependente.

Por isso, apoiamos a reforma ampla da Organização proposta pelo Secretário-Geral Kofi Annan. Participamos das negociações para a criação da Comissão de Construção da Paz e do Conselho de Direitos Humanos, bem como nas discussões em andamento para a ampliação do Conselho de Segurança (CSNU), o fortalecimento do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), a revitalização da Assembléia Geral (AGNU), e a reforma administrativa e do Secretariado.

É consenso de que o Conselho de Segurança deve ser ampliado e contar com maior representação de países em desenvolvimento. Sua estrutura não mudou desde a criação das Nações Unidas, há sessenta anos. O Brasil



acredita que uma mudança estrutural não faz sentido se não incorporar novos países entre seus membros permanentes, especialmente grandes países em desenvolvimento, de modo a conferir maior legitimidade e eficácia à atuação do Conselho. Recordo que o Conselho não tem nenhum membro permanente oriundo da América Latina.

O Brasil tem credenciais para ocupar assento permanente e assim influir no processo de tomada de decisões que afetam a toda a comunidade internacional. Essas incluem nossa longa tradição em prol da solução pacífica dos conflitos e da observância do direito internacional e nossa atuação na promoção dos interesses dos países em desenvolvimento, que constituem a maioria da comunidade internacional.

Jornalista: O Senhor Presidente poderia comentar a posição do Brasil no que tange à energia nuclear e às armas nucleares à luz da crise em torno do programa nuclear do Irã?

Presidente: A disseminação recente de tecnologias nucleares e um aumento no uso da energia nuclear para fins civis reflete reconhecimento de que a energia nuclear é uma alternativa para atender, de forma segura, confiável e limpa, as crescentes demandas de energia no planeta. Não podemos, portanto, prescindir do uso dessas tecnologias, ainda que em graus variados.

Ao cabo de 50 anos do Programa Nacional de Atividades Nucleares, o Brasil pôr em funcionamento, maio passado, a primeira unidade comercial de enriquecimento de urânio. Passamos a contar com um programa nuclear completo, desde a formação e a capacitação de quadros até o domínio integral do ciclo de combustível de urânio. Isto facilitará alargar a participação da geração elétrica termonuclear na matriz energética do País dos atuais 2% para um mínimo de 4%.



O desenvolvimento e o uso de tecnologias nucleares envolvem risco de proliferação, realçado pela possibilidade de atores não-estatais terem acesso a materiais físséis. O equilíbrio entre as metas de “desenvolvimento” e “segurança” constituiu a base do TNP, pedra angular do regime de desarmamento e não-proliferação. Isto não pode implicar, no entanto, limitação dos direitos dos membros do Tratado de desenvolverem e usarem tecnologias ou energia nuclear para fins pacíficos.

O Brasil sempre apoiou iniciativas de desarmamento e não-proliferação. Somos parte do Tratado de Tlatelolco, que criou a primeira zona habitada livre de armas nucleares no mundo, do TNP e do CTBT (“Comprehensive Nuclear Test Ban Treaty”). Além do acordo de salvaguardas abrangentes mantido com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), criamos com a Argentina a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), que contribui para o aumento da transparência dos programas nucleares dos dois países.

Brasil é membro e assumiu a presidência para o período de 2006-2007, do “Nuclear Suppliers Group” (NSG), voltado para o reforço dos sistemas de transações de material nuclear e radiológico. O Brasil desenvolveu eficaz sistema de controle de exportações.

Precisamos de esforços coletivos e sistemáticos para adaptar o regime de desarmamento e não-proliferação aos novos desafios e ameaças do século XXI. Os dois temas estão necessariamente vinculados: uma estratégia de não-proliferação sustentável e de longo prazo depende de medidas concretas na área do desarmamento.

Não cabe paralelo entre o programa nuclear brasileiro e o iraniano. A Constituição brasileira proíbe o desenvolvimento de energia nuclear para fins não pacíficos. Nosso programa sempre esteve sob salvaguardas da AIEA.

Por outro lado, o Brasil reconhece o direito iraniano de desenvolver pesquisa nuclear para fins pacíficos, de acordo com o estipulado pelo art. IV do



TNP. Mas o Irã mostrar maior cooperação e transparência no relacionamento com a AIEA, fornecendo garantias concretas de não-proliferação, na forma dos acordos de salvaguardas com aquela Agência. Somente assim recuperará a confiança da comunidade internacional no propósito pacífico de seu programa nuclear.

Defendemos a busca de uma solução duradoura e negociada para a questão nuclear iraniana no âmbito da AIEA. Esperamos que o Irã reaja de forma construtiva ao novo processo levado adiante pelos “3+3”, com vistas ao início de negociações com o Irã.

Jornalista: O Senhor Presidente poderia comentar a situação contemporânea na América Latina, região na qual os Governos de esquerda ascendem ao poder com frequência cada vez maior?

Presidente: Os Governos latino-americanos que vêm sendo eleitos na região, de um modo geral, compartilham uma preocupação com a implementação de projetos de impacto social e de redistribuição de renda, independentemente de rótulos ou orientação política. Há um reconhecimento generalizado de que cabe um papel estratégico ao Estado na definição de políticas públicas. Sabemos que não se assegurará o crescimento de longo prazo necessário para reverter as condições de exclusão social que marcam a realidade de nossos países sem promover a distribuição da renda em benefício dos setores mais vulneráveis e marginalizados. Em outras palavras, a distribuição de renda deve ser vista como importante motor do desenvolvimento e não apenas como consequência do processo de crescimento. Nada disso exclui, evidentemente, o compromisso com a estabilidade macroeconômica, a prudência fiscal e reformas microeconômicas que vêm sendo implementadas progressivamente na região.



Ao mesmo tempo, e independentemente do caminho específico que cada país trilhará, estamos convencidos de que é combinando esforços que nossos países melhor poderão promover as transformações necessárias para habilitá-los a integrar-se de forma competitiva numa economia globalizada. Para tanto, estamos todos comprometidos com o processo de integração regional, cuja expressão mais ampla é a Comunidade Sul-Americanas de Nações em formação.

Jornalista: Recentemente, a cooperação brasileiro-russa alcançou um patamar espacial. Quais são as perspectivas do desenvolvimento da cooperação nessa área?

Presidente: Desde 2003, quando do acidente do Veículo brasileiro Lançador de Satélite (VLS), a Rússia vem prestando consultoria ao Brasil na revisão do veículo e sua modernização. Estamos agora negociando um Acordo de Proteção Mútua de Tecnologias Associadas, que completará o marco jurídico da cooperação espacial e contribuirá para o adensamento da cooperação espacial com a Federação Russa.

A viagem bem-sucedida do cosmonauta brasileiro Marcos César Pontes à Estação Espacial Internacional a bordo da nave russa "Soyuz", em abril, representa passo de grande significado científico e simbólico no processo de cooperação espacial entre os dois países.

Para a Federação Russa, o Brasil representa mercado capaz de absorver suas exportações de serviço no setor. O Brasil poderá beneficiar-se, a seu turno, da experiência e tecnologia russas na exploração e uso pacífico do espaço exterior para o desenvolvimento de sua indústria espacial, gerando renda, emprego e capacitação de mão-de-obra qualificada.



Jornalista: A abreviatura BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China – países de maior potencial do desenvolvimento econômico) virou um termo da linguagem do meio financeiro internacional. Nesse contexto, como é que o Brasil e a Rússia devem estruturar sua cooperação? O Senhor poderia identificar os projetos mais prioritários de cooperação econômica e comercial entre os dois países?

Presidente: A troca de visitas presidenciais (Presidente Putin veio ao Brasil, em novembro de 2004; e visitei Moscou, em outubro de 2005) elevou a patamar privilegiado a cooperação econômica e comercial bilateral.

Para dinamizar essa cooperação, constituímos a Comissão de Alto Nível (CAN) de Cooperação Econômica, co-presidida pelo Vice-Presidente da República, pelo lado brasileiro, e pelo Primeiro-Ministro da Federação da Rússia. Na reunião deste ano, em Brasília, discutimos cooperação em gama de temas que reflete a amplitude nossa parceria: áreas espacial, de energia; defesa, ciência e educação, indústria e tecnologia, agricultura e pecuária, turismo, esporte, saúde e cultura.

O potencial dessa relação é sublinhado pelo crescimento do comércio bilateral: 20%, em 2004, e 47%, em 2005 – muito acima do ritmo de expansão do comércio mundial. Mas estamos decididos a dinamizar e diversificar ainda mais nossa pauta de trocas, em linha com o potencial de nossas duas economias.

Para isso, precisamos aproximar os bancos russos e brasileiros, o que se facilitado pelo Memorando de Cooperação assinado, em maio, pelos Presidentes do Banco Central brasileiro e russo.

Também queremos ampliar a cooperação na área energética. Existe interesse russo em projetos na América do Sul, como do gasoduto Argentina-Brasil-Venezuela e da base para armazenamento de petróleo. Empresas russas já executam projetos no Brasil, incluindo a Lukoil e a Surgutneftegaz. No setor industrial, empresas russas e brasileiras discutem projetos nos



segmentos aeronáutico, automobilístico, de telecomunicações e sensoriamento remoto.

Também podemos evoluir no comércio agroindustrial, responsável por 4/5 de nossas exportações para a Rússia (crescimento de 559% desde 2000). Sei que conto com o empenho pessoal do Presidente Putin para lograr suspender o embargo de exportação de carne bovina brasileira, em função de surto de febre aftosa, que hoje já está debelado.

Há ainda possibilidades de incrementar o turismo de lazer e de negócios entre os dois países. A infra-estrutura já existe nos dois países, bastando um maior trabalho de governos e empresas na divulgação das riquezas turísticas. O eventual estabelecimento de vôos diretos entre os dois países ajudaria nossos povos a se conhecerem ainda melhor.

Jornalista: A presença da Rússia no mercado latino-americano, inclusive o mercado de altas tecnologias, torna-se cada vez mais marcante. A comprová-lo estão os contatos da Rússia com diversos países do continente, entre eles a Venezuela, o México e o Chile. O Brasil tem planos para diversificar suas relações nessa área mediante a expansão de sua cooperação com a Rússia?

Presidente: Iniciativas recentes fazem da ciência e tecnologia um dos campos mais promissores para concretizar a “aliança tecnológica” que o Presidente Putin e eu propusemos.

O sucesso do vôo do nosso cosmonauta, Tenente-Coronel Marcos Pontes, no segmento russo da Estação Espacial Internacional demonstrou a solidez da cooperação entre nossos programas espaciais. Como já adiantei, estamos trabalhando com a parte russa para aprimorar o Veículo Lançador de Satélites brasileiro.

Outros campos em que avançamos no intercâmbio são: metrologia, biotecnologia, física da terra, tecnologia alimentar e astronomia. Identificamos



novas áreas de cooperação, tais como a de nanotecnologia, microeletrônica e tecnologias da informação. Destaco também o pioneirismo da proposta de instalação de um Centro de Cooperação Científica e Tecnológica entre a Rússia e países da América Latina, que poderá contar com a participação de instituições brasileiras.

Vemos favoravelmente o interesse da Rússia em participar da construção do gasoduto Brasil-Argentina-Venezuela, em vista da grande experiência de suas empresas nesse campo. Igualmente estratégico seria uma possível parceria para a produção de aviões EMBRAER, assim como a realização de projetos nos campos automobilístico, de energias renováveis (etanol e biodiesel), telecomunicações, sondagem terrestre e técnico-militar.

No campo da saúde, podemos fortalecer a Rede de Informação Tecnológica em HIV-AIDS. A Rússia poderá beneficiar-se da forte experiência do Brasil na pesquisa e desenvolvimento de medicamentos, vacinas e preservativos.

Como se vê, a cooperação é variada e só tende a crescer. Por reconhecer o sentido estratégico do domínio tecnológico, o Brasil deseja fortalecer sua parceria com a Rússia em setor onde temos importantes complementaridades.

Jornalista: Para a maioria dos russos, o Brasil é um país do futebol, carnaval, romances de Paulo Coelho. O que é a Rússia para a maioria dos brasileiros? O que se deve fazer para assegurar a maior aproximação entre os povos dos nossos dois países?

Presidente: Relacionar o Brasil a símbolos como futebol e carnaval – assim como identificar a Rússia com o frio da Sibéria ou com a missão de Yuri Gagarin no espaço – constitui etapa natural do processo de conhecimento entre dois povos.



Normalmente vistos como países muito diferentes, Brasil e Rússia, na verdade, guardam expressivas similaridades. Somos gigantes territoriais com influência importante nos respectivos contextos continentais, além de possuir grandes populações com perfil etnicamente diversificado.

A Rússia é país de peso no panorama mundial e exerce papel significativo nos rumos políticos e econômicos de sua região. O Brasil sem descuidar do importante projeto de integração regional sul-americano, aprofunda seus vínculos com outros continentes, por meio do dinamismo de sua economia e de relações políticas e comerciais sólidas e duradouras.

O sucesso da exposição “Herança dos Czares – Obras dos Museus do Kremlin de Moscou”, realizada em 2005, em São Paulo, atesta o interesse recíproco em estreitar nossos laços culturais. Esse também é o sentido do projeto de escola de música em Fortaleza, no Estado do Ceará, sob os auspícios do Conservatório Tchaikovsky, da Rússia, e da única filial existente da Escola do Balé Bolshói, em Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Nosso excelente diálogo político, a maturidade dos contatos diplomáticos e a ampliação contínua do intercâmbio comercial demonstram o quanto já avançamos. Os contatos de alto nível tem se multiplicado: tive o prazer de visitar Moscou em outubro de 2005, quando comprovei a importância atribuída pela Rússia ao relacionamento com o Brasil.

O futebol é grande fator de aproximação do Brasil com outros povos. Em 1º de setembro, estará funcionando, em Krasnodar, a primeira de duas Escolas de Futebol Brasileiro. Permitirá a crianças de família de baixa renda, de todas as regiões da Rússia, desenvolver habilidades físicas e intelectuais. Receberão educação secundária completa, com preparação para a universidade, e terão sua formação esportiva e atlética orientada por profissionais brasileiros. Foram selecionados 36 jovens, dentre os milhares que participam de competições anuais de futebol em toda a Rússia, para uma viagem ao Brasil, a partir de 5 de julho, a qual incluirá dois meses de treinamento especial na equipe do



Figueirense Futebol Clube, de Santa Catarina. A segunda unidade da Escola de Futebol Brasileiro será inaugurada, em breve, na cidade de Moscou.